



Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª
Orçamento do Estado para 2022

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresentam a seguinte proposta de aditamento à Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª – Orçamento do Estado para 2022:

Título I

Disposições gerais

Capítulo IX

Outras disposições

Artigo 217.º-E (NOVO)

Operações de reprivatização e de alienação

O Governo, através do membro do Governo responsável pela área das finanças – com a faculdade de delegação – empenha todos os esforços tendo em vista a abertura imediata de um concurso público para a alienação a grupo internacional privado de pelo menos 50% da participação social do Estado na Transportes Aéreos Portugueses, S.G.P.S., S.A..

Nota justificativa: Assim que a Iniciativa Liberal entrou no Parlamento, logo no primeiro Orçamento em Janeiro de 2020, foi apresentada uma proposta de Privatização da TAP, a qual foi chumbada com os votos contra de PS, Chega, BE, PCP e PAN, bem como a abstenção de PSD e CDS.

Durante a campanha eleitoral, António Costa afirmou que o próximo Executivo estaria “em condições de poder alienar 50% do capital”, notando que “já há companhias interessadas” em ficar com a transportadora aérea. Fernando Medina, em entrevista ao Publico, afirmou



que "o modelo mais adequado para a TAP é o privado" e que a TAP deveria ser preferencialmente inserida num grupo internacional privado de aviação. Mais recentemente, foi também noticiado que o Governo Italiano pretende privatizar a ITA Airways, a empresa sucessora da transportadora Alitalia.

O tempo veio syndicar a posição da Iniciativa Liberal, que foi sempre contra a nacionalização da TAP, por esta ser lesiva para os contribuintes do país, por acarretar custos astronómicos, mesmo imorais, face aos custos de oportunidade.

Estando previstos 3,2 mil milhões de euros em auxílios estatais à TAP, urge cessar o mais rapidamente possível com o desperdício de fundos públicos que esta nacionalização acarreta, salvaguardando-se os contribuintes portugueses de quaisquer outros encargos relativos a esta decisão imponderada e mal fundamentada de políticas públicas.

Nestes termos, o Governo deverá encetar todos os esforços para proceder à alienação de 50% do capital da TAP, procedendo à abertura imediata de concurso público internacional para o efeito.

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha